

# DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O INTÉRPRETE DE LIBRAS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NA REDE MUNICIPAL DE PARNAÍBA

Rosemary Meneses dos Santos<sup>1</sup>

Dalva Araujo Menezes<sup>2</sup>

José Roberto Menezes dos Santos<sup>3</sup>

Karla Adriana Batista de Jesus<sup>4</sup>

## RESUMO

Os Intérpretes Educacionais da Língua Brasileira de Sinais-Libras são fundamentais como interlocutores reais nas escolas, na qual há alunos surdos matriculados e ativos no âmbito da instituição. Nesse sentido, verificando que a linguagem tem caráter dialógico e está atrelada à dimensão da vida, a presente pesquisa objetivou investigar a educação inclusiva para surdos e a contribuição do intérprete de Libras no processo de ensino/aprendizagem nas escolas da rede regular do município de Parnaíba-PI. Como consequência, o artigo corrobora com novos saberes, bem como a inclusão dos surdos na educação básica, a atuação dos intérpretes em sala de aula - como práticas, estratégias, criações e inserções em ações de tradução e interpretação para a língua de sinais brasileira-como um meio facilitador ao ensino/aprendizagem dos surdos. Metodologicamente, a pesquisa é um recorte do projeto de mestrado, onde teve uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. A referida investigação ocorrerá em uma escola pertencente a incumbência da gestão municipal de Parnaíba-PI, com alunos surdos. É relevante destacar: o intérprete não deve exercer a função de professor do aluno surdo, contudo, não exime a responsabilidade de se envolver com o trabalho educativo em sua atuação interpretativa, o qual deve traçar formas colaborativas com o professor regente, diante a revisão notou ausência do intérprete de libras nas escolas públicas do país, principalmente na primeira etapa da educação básica, professores sem habilidades a ensinar surdos e escola não bilíngue, segundo a lei 10. 436/2002 e o decreto 5.626/2005.

**Palavras-chave:** Intérprete Educacional. Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. Ausência.

## INTRODUÇÃO

A educação brasileira e suas transformações têm viabilizado diversas discursões sobre a inclusão das pessoas com deficiências, em especial as pessoas surdas. Assim, ainda existem grandes desafios a serem superados em prol de uma educação igualitária, onde a inclusão dos surdos evolua com o tempo, conforme as questões históricas, linguísticas, sociais e culturais.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação da Florida Christian University - FCU, [rosemarymeneses@gmail.com](mailto:rosemarymeneses@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela PUC/PR, [dalva.araujophb@gmail.com](mailto:dalva.araujophb@gmail.com)

<sup>3</sup> Especialista em História do Brasil, Faculdade Internacional do Delta-FID, [robertoenezesphb@hotmail.com](mailto:robertoenezesphb@hotmail.com),

<sup>4</sup> Especialista em História do Brasil, Faculdade Internacional do Delta-FID, [karla.abj14@hotmail.com](mailto:karla.abj14@hotmail.com)

Visto que, cada pessoa tem características próprias de acordo com suas experiências vividas, além da aquisição linguística realizada de forma diferenciada por cada população, percebe-se que a linguagem é um meio fundamental à comunicação do homem, onde a educação deve implicar diretamente na inserção de profissionais Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – (doravante Libras) nas instituições, sendo estes agentes facilitadores da integração das pessoas surdas na sociedade.

Nas questões contemporâneas pertinentes à inclusão de surdos – culturas e comunidades surdas, bem como pessoas surdas, são abordadas cotidianamente nas discussões sobre o ensino/aprendizagem, sobretudo, é oportuno compreender as implicações que levam a ausência do intérprete de Libras atuando na educação e quais mudanças estão acontecendo na aplicabilidade da legislação pertinente – Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005.

Na perspectiva inclusiva ressaltando a importância de visualizar a particularidade de cada indivíduo, observa-se que os surdos sempre existiram, contudo não haviam meios integrantes para com o restante da sociedade. Assim, com o passar dos tempos foram criadas inúmeras expressões e nomenclaturas, as quais reconheciam as diferenças com intenção inclusiva, no entanto, os resultados eram de segregação.

Verificando que as pessoas surdas apresentam um histórico de exclusão educacional em razão principalmente das barreiras linguísticas, percebe-se a necessidade de garantir o direito conquistado perante a lei em promover as aulas em sua própria língua. Desta forma, a presença do intérprete de Libras na sala de aula comum, contribuirá no ensino significativo para alunos Surdos. Face ao exposto, observa-se que os surdos têm direito à convivência com acesso ao conhecimento imediato e contínuo junto aos demais cidadãos, deste modo, esta pesquisa apresenta a problemática da ausência do intérprete de libras no processo de ensino/aprendizagem nas escolas da rede regular do município de Parnaíba-PI com alunos surdos ativos e matriculados pode ser prejudicado?

Portanto, o presente trabalho aponta a visão central, investigar a educação inclusiva para surdos e a contribuição do intérprete de Libras no processo de ensino aprendizagem nas escolas da rede regular do município de Parnaíba-PI. Buscar respostas ao tema e a finalidade principal do trabalho, organizou-se os objetivos específicos: analisar como ocorre a inclusão e a função do intérprete de libras na mediação dos conteúdos ministrados pelos professores e como acontece sua inserção nas escolas do município de Parnaíba-PI; descrever quais as implicações pedagógicas da ausência do intérprete de Libras na educação dos alunos surdos e explicar a importância do intérprete de Libras nos processos de ensino/aprendizagem

Desta maneira, explica-se que a elaboração do artigo tem o intuito de expandir à sociedade informações que ratificam a relevância de uma educação que respeite a diversidade, a qual atenda as peculiaridades de seus alunos com ausência de recursos materiais e humanos suficientes para um bom desenvolvimento educativo, mediado pela presença do intérprete de Libras junto ao professor regente da sala de aula comum, unindo experiências diferentes em prol dos mesmos objetivos, a aprendizagem do Surdo e seu crescimento psicossocial.

## **METODOLOGIA**

O trabalho é uma recorte de um projeto de mestrado, com financiamento próprio, aprovado pelo comitê de ética da universidade Federal do Piauí, campos Ministro Reis Velloso. Sendo desenvolvido pela acadêmica Rosemary Meneses da Florida Christian University - FCU. Na construção foi realizado uma revisão bibliográfica, para Gil (2017), realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico, exige do pesquisador envolvimento criterioso das fontes que fará uso.

Para construção do projeto foi usado teóricos clássicos tais como Quadros (2015), Skiliar (2014), modernos Lacerda; santos, (2014) e Fernandes (2012), entre outros relevante ao tema em questão. Diante dos objetivos a abordagem é qualitativa, para Marconi e Lakatos (2017), este tipo de abordagem, colocar os dados de maneira não probabilística, com intuito de alcançar informações significativa a pesquisa, será desenvolvido como instrumento de coleta de dados um questionário aberto e uma observação não participante, sendo aplicado aos gestor, professor e supervisor, o ultimo participante conhecido no âmbito escolar como coordenador. Desta forma, a referida investigação ocorrerá em cinco escolas pertencente a incumbência da gestão municipal de Parnaíba-PI.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **EDUCAÇÃO INCLUSIVA, SURDOS E O INTÉRPRETE DE LIBRAS**

A educação inclusiva tem sido discutida cotidianamente, tendo como foco sua forma de ser aplicada nas escolas regulares de ensino do país. Sabe o quanto o estado precisa dar aos seus cidadãos a condição de ter acesso desde a primeira etapa de ensino tornando o instituição um espaço sensível as características dos alunos, caso seja necessário buscar alternativas de modificar-se segundo as necessidade de aprendizagem presentes em seu meio estudantil. Falar de inclusão é algo ainda inquietante diante de muitos protagonista diretos no ato de educar, ela

tem instigado a transformação em todos os espaços, com acessibilidade sensoriais, físicas, atitudinais, pedagógica e humanas.

Educar para a cidadania é rever as concepções que temos diante da diversidade existente, considerando-a como uma ferramenta essencial a construir uma sociedade mais digna, valorosa e humilde diante do outro diferente. Quando posiciona as diferenças, significa que todos possui limitações e capacidades, elas precisam ser consideradas no recinto escolar, especialmente em sala de aula. Ora, em um país que prioriza pela ordem a democracia, este soa, de certa maneira, um tanto estranho quando não possibilita as pessoas com deficiências a sua integração nas escolas. Nesse sentido, aduz Moura; Campos e Vergamini (2011 p. 16), “a educação é um trabalho que, para ser eficiente, não pode deixar de atentar para os detalhes, para os específicos, para o indivíduo”.

O contexto escolar inclusivo dos surdos precisa ser lembrado e discutido no cotidiano, haja vista que a educação é um árduo exercício que solicita dos envolvidos dinamismos e empenho com o objetivo de promover a inclusão de forma veraz, com transformações significativas em todas as escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, observando a particularidade de cada ser humano, destacando que o aluno surdo possui o direito de frequentar a escola nos diferentes níveis de ensino.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 prevê, no seu artigo 205 que a educação é um direito de todos, o qual não se sabe realmente quem são “todos”, salienta que esta indagação é uma incógnita presente no país, questão que leva a sociedade a refletir e analisar se os serviços disponíveis estão chegando de forma igualitárias e suprimindo as necessidades da população de forma geral, sem fazer distinções entre seus cidadãos.

Nesta vertente, a educação de surdos sempre foi conduzida pela visão clínica que existem mecanismos de cura para a surdez, tratando-a como doença, assim, distanciando o processo de ensino/aprendizagem do desenvolvimento acadêmico do surdo. Sá (2006) afirma que a concepção clínica, rotulou os surdos a partir dos tipos de perda auditivas. Observando as considerações do teórico e sua concepção diante das deficiências auditivas, o autor vem esclarecendo momentos difíceis para os surdos durante sua trajetória social, onde muitas situações cruéis os surdos experimentaram, sofrendo abusos, agressões, desprezos, e outros momentos irracionais, sendo boa parte destes constrangimento praticados pela própria família e prosseguindo por todos que integrava a sociedade na época.

Pessoas com má desenvolvimento genético, sejam eles apresentados na formação ou adquiridos, foram motivos da crueldade da sociedade por muito tempo, as quais prejudicavam o psicológico e a vida social destes, em muitos casos resultando em morte. Estas situações

penduraram por séculos, sendo praticadas por todos que se consideravam dentro dos padrões impostos pela coletividade.

Isto posto, no passado visualizar o outro com suas singularidades, significava a medição de sua potencialidade de sobrevivência no mundo, ou seja, a sociedade acreditava que qualquer característica insuficiente ou excedente baseado na comparação do padrão imposto na época era considerado anormalidades, a qual era entendido como uma doença contagiosa.

Não obstante, Almeida (2015, p.15) declarou que, “na realidade, a presença da surdez resulta em uma condição de estar no mundo e não uma doença”, assim, demonstrando que a ausência de conhecimento em tempos remotos, afetava a própria comunidade, tornando-a uma sociedade preconceituosa e maldosa em termo de excluir de seu convívio o que consideravam anormalidade. Em razão dessas concepções, que a medicina buscou por muitos séculos a correção e cura da surdez, pois acreditavam que esta era uma doença.

O real sentido da inclusão é refletir a percepção das pessoas envolvidas de maneira direta e indireta em face de crianças, jovens e adultos que apresentem necessidades especial. Muitas são as indagações sobre a inclusão social, como por exemplo: onde será aplicada? Por quem? Para quem? Como aplicar? Quando? Ora, dentre estas inquietações está o anseio de muitas pessoas em entender os motivos de ratificar a permanência de cada indivíduo com singularidades de viver, perceber, entender e compreender o mundo de um jeito único de ser.

O princípio de inclusão, coloca mudança na função escolar, desvelando uma nova compreensão que parti da premissa de que essa instituição é o lócus privilegiado não só da instrução, mas também da inclusão social. Nas contribuições já apresentadas na educação inclusiva, Victor; Vieira e Oliveira (2017), relatam que por muito tempo pesquisadores e órgãos nacionais e internacionais vêm empreendendo esforços em prol de reafirmar que:

As escolas de ensino comum como espaços-tempos que podem ser reorganizados, para que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação acessem os bancos escolares, contando com as devidas condições de permanência e as redes de apoio para a apropriação do conhecimento sistematizado. (VICTOR; VIEIRA; OLIVEIRA 2017, p.19)

Sendo a escola o espaço excepcional de mudanças, com organização de trabalhos que deem sentido ao ato educacional, surge diversas inquietações que intrigam cada vez mais a necessidade de reflexão da sociedade de ter e querer, dando oportunidades a todos sem qualquer tipo de desvalorização e discriminação que excluam de estar e se fazer presente neste in lócus.

Sabe-se, que essa empreitada não tem sido fácil e muito menos tem afastado os desafios sociais e educacionais.

No entanto, o Brasil tem apresentado conquistas brandas diante do número crescente de nascimento de crianças que apresentam necessidades especiais. Segundo Brasil (2015, p. 8) “No Brasil, desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal e a consolidação do Estado Democrático de Direito, reconheceu-se a necessidade de garantir a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade”, ou seja, o referido texto demonstra que a luta por isonomia está prevista na Carta Magna de 1988, não obstante se deve destacar que o envolvimento principalmente das pessoas com deficiências em buscar seu espaço na sociedade, resulta na efetivação diária dos direitos conquistados.

Até o século XV, o surdo era marginalizado, além de excluído do convívio social e da educação, não lhes eram permitidos exercer os direitos básicos de casar-se, possuir/herdar bens e de frequentar escolas. De fato, o surdo era considerado inapto para o aprendizado, isto posto, as escolas especializadas na educação de surdos só foram criadas no século XVI.

A termo de inclusão, em seus diversos entendimentos, sua palavra veio interpretada e acompanhada com significados distintos: processo, prática, conceito, política, ideias e valor. Em seu mais tenro saber, abrir nova visão de universalização da Educação, em todas etapas de ensino existem a obrigatoriedade de matricular pessoas com deficiências no recinto escolar regular. Desse modo, Menezes (2011), corrobora sobre a importância de as escolas serem inclusivas, não pela obrigatoriedade de uma lei, mas pelo respeito ao outro como direito humano, necessitando ser concretizada dia a dia com ações de dignidade, representando um passo importante em direção a efetivação universal da equidade.

As escolas brasileiras estão em transformações, necessitando de melhorias quanto a diversidade de alunos que estão sendo atendidos em seu ambiente educacional. Nesta vertente, o profissional intérprete de Libras, como auxiliador ao trabalho do professor em sala comum, exerce o direito dos alunos surdos de utilizar seu idioma para o desenvolvimento ágil no processo ensino/aprendizagem. Pois, incluir não é inserir, é mais que isso, é reaver o sistema social e educacional, instigando a população a se perceber dentro desta nova sociedade da diversidade.

Concordando com a perspectiva de mudança, além do objetivo do sistema inclusivo, Perlin, (2014) afirma que, não há como negar o importante debate que revele realmente o papel do binômio incluir/excluir, o que se percebe são falsos discursos e ações sendo colocadas como inclusão, que na realidade matricular não significa a efetiva integração da minoria.

Tendo em vista que, o estudo realizado nas cinco instituições escolares da rede regular do município de Parnaíba-PI que possuem surdos matriculados e frequentando o espaço educacional, verifica-se que o ato educacional junto a estudantes surdos nas salas de aulas é uma necessidade presente no contexto contemporâneo parnaibano. O intérprete de Libras neste recinto torna-se um parceiro ao ato de ensinar, colaborando com o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos surdos. O intérprete passou a ter um compromisso com o desenvolvimento de conhecimento desses alunos, interpondo-se como um mediador, o que traz novos desdobramentos para sua atuação profissional e a educação inclusiva.

Na corroboração de Skliar (2013), O interprete é, portanto, um profissional garantido pela Legislação, com esta legalidade, ele assume um papel basal em uma educação que se comprometa a atender as necessidades desses seres, contudo, na medida que o intérprete de sinais está inserindo na escola o trabalho de tradução, interpretação e mediando a ação pedagógica do professor titular, de certo modo, articulam-se e unem experiências na atuação desse profissional, determinando novas formações de ensino e aprendizagem.

Ratifico a importância do intérprete no contexto da sala, porém, ele não pode e não deve assumir a função de professor, ambos possuem responsabilidades distintas, porém eles comprometidos com o ato de ensino/aprendizagem do estudante surdo. Nesse sentido, o intérprete é um mediador do ensino, tendo a função de mediar o conteúdo de forma clara e com qualidade na aplicação de cada sinais, segundo as informações repassadas pelos professores.

O processo de educação inclusiva se apresenta como um amplo desafio, não exclusivamente para os docentes, mas para todos os profissionais da escola, uma vez que implica rever teorias e práticas de metodologias, estratégias, práticas de ensino, de orientação e de apoio, ou seja, a criação de formas de trabalho adequados que respondam as especificidades dos educandos, valorizando sua individualidade, potencialidades e limites. Albres e Neves (2013, p.10) afirma que, “A educação de surdos, assim como a educação de minorias sociais, étnicas e linguísticas requer políticas educacionais específicas para garantir uma educação de qualidade, sendo objeto de luta e de pesquisa, sobretudo das ciências sociais aplicadas.”

A escola é um espaço de interação e desenvolvimento recíprocos de conhecimentos e experiências, seja elas vindas por parte dos professores, ou pelos próprios alunos, onde é um ambiente de descobertas, voltados para a formação de cidadãos tolerantes. Nas palavras de Streichen (2013), as escolas como instituição de conhecimentos sistematizados.

Precisam ser traduzidas em ações que permitam aos surdos o acesso aos saberes sistematizados por ouvintes e, ao mesmo tempo, os ouvintes precisam

ter acesso aos conhecimentos produzidos pelos surdos ao longo da história da comunidade. Um desses saberes surdos é a própria língua Brasileira de Sinais”. (STREIECHEN, 2013, p.15),

A escola não pode ser concebida como mera alocação do aluno surdo em seu espaço, mas como aquela que atente à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos. É fato inquestionado a importância da Libras e dos saberes construídos entre surdos e ouvintes, ambos com suas distinções, mas cada uma com sua relevância no processo educativo. Contudo, não basta apenas o acesso e permanência dos alunos na escola, torna-se essencial que todos os alunos aprendam. Corroborar com a aprendizagem dos alunos surdos o ato de educar deve promover acessibilidade pedagógica a diversidade de seus alunos.

## **EDUCAÇÃO DOS SURDOS UM OLHAR OLÍSTICA DOS TEÓRICOS**

Compreender o mundo e suas mudanças radicais no contexto educativo das pessoas com surdez, são transformações que veem trazendo muitas reflexões ao ato de educar, movendo questionamentos de diversos teóricos tais como Quadros (2006 e 2015), Skiliar (2013), Strobel (2009), Albres (2015), Reis (2013), Araújo (2013), Perlin (2014), Lacerda e Santos (2014), Lacerda, Santos e Caetano (2013), Vasconcelos (2010), Fernandes (2012) e demais que trabalham com a educação das pessoas surdas e os profissionais que devem atuar como mediadores no ensino e aprendizagem. Para os teóricos, eles demonstram preocupações com a função do intérprete que atua nas instituições escolares e com a forma como este profissional é colocado dentro dos espaços escolares, o qual em muitas situações suas funções são confundidas, assim assumindo o papel do professor.

Com as visões trazidas no parágrafo anterior, quem realmente é o intérprete de libras? como sua função pode contribuir na educação inclusiva e bilíngue? Seu papel está sendo compreendido e aceito no âmbito escolar? A sociedade oferece oportunidade de equidade a todos cidadãos, segundo suas características? Como é instigador questionamentos que nos leve a ação-reflexão-ação do tipo de sociedade que está sendo construída.

Para Quadros (2015), em sua obra o “BI” em bilinguismo na educação de surdos, eles são seres capazes e dotados de potencialidade, necessitando apenas de oportunidade que lhes garanta uma educação significativa, dando-os condições de exercerem sua cidadania plena com o uso de sua língua nos mais diversos espaços sociais, especificamente nas escolas regulares. É sabido o quão eles necessitam primeiro de seu idioma para depois adquirirem todas as outras línguas caso eles tenham interesse. Contudo, esta língua deve ser iniciada na família, mas

quando a instituição base não tem, a segunda a assumir é a escolar, quando começa a ter a presença de pessoas surda em suas repartições internas, especificamente na sala de aula. Ressalta-se que trabalhar a diversidade curricular com objetivo de dá equidade de ensino, o mais correto seria a escola se preparar para atender as singularidades linguísticas de seu aluno.

Diante das palavras de Quadros (2015), não tem como esconder a presença dos surdos nas escolas comuns, esta realidade é marcante, tendo em vista que educação é um meio de transformar o homem para depois eles mudarem o mundo, ela precisa se adaptar, aceitar, modificar e construir, junto ao surdo com o demais alunos condições de ambos aprenderem e se desenvolverem de forma recíproca. Claro que não se pode deixar de mencionar os profissionais de Libras, que estarão atuando diretamente com os alunos surdos, os quais precisam se capacitar e aprenderem a se comunicarem em línguas de sinais e caso ele não consiga, o município, estado, união, distrito federal devem assegurar a presença do intérprete de Libras como mediador no processo de ensino, auxiliando o professor em sala de aula e demais repartições da escola.

Na visão de Araújo (2013), em sua dissertação, o trabalho do intérprete de língua brasileira de sinais em escolas inclusivas: possibilidades e desafios, corrobora relatando a importância do intérprete de Libras para educação inclusiva como um suporte as pessoas surdas no que tange as questões linguísticas. Tendo o intuito de tornar o ensino mais eficiente, facilitando a aprendizagem, mediando a interação com a comunidade escolar, além de tornar acessível todas os tipos de informações do currículo e concernente a formação dos surdos. Asseverando ainda, as contribuições de Araújo (2013), o intérprete da (ILS) é o profissional que objetiva promover o suporte ao surdos em seu processo de aprendizagem, tornando o espaço escolar inclusivo, facilitando os conteúdos curriculares de forma eficiente.

Nas palavras da pesquisadora supramencionada, ela esclarece que um dos grandes desafios da inclusão das pessoas surdas na educação brasileira na atualidade, são as questões de aquisição linguística, justamente por ser diferente da comunidade ouvinte, necessitando ser praticada cotidianamente por todos, bem como em ter a inserção de profissionais intérpretes da língua Brasileira de Sinais nas escolas, como personagens facilitadores da inclusão dos surdos.

Para Lacerda; Santos e Caetano (2013), a inclusão dos surdos é contraditória quanto a legalidade de ensino, ao serem inseridos nas escolas regulares. Quando uma escola matricula um surdo e comunica ao professor que irá recebê-lo, muitos desses docentes acreditam que terá de realizar seu trabalho com a utilização da Libras e se responsabilizar por esse aluno, sem saber e não ter conhecimento e domínio da língua de sinais, gerando assim, conflitos e angustias para o professor.

Fala-se muito em acolher o aluno com surdez, mas o que se percebe são situações de formação insuficiente aos docentes e quando tem a capacitação é de pouca duração, não dando a eles fluência em Libras, prejudicando o ensino e aprendizagem do surdo. Além de mencionar que, de aula a presença de um profissional que tenha competência a realização de mediar as atividades pedagógicas. O são professores receosos enxergam de sua atuação, acreditando que devem desenvolver sozinhos o seu papel de educar, mesmo sem ter habilidades em Libras.

O professor se sente o único a assumir a responsabilidade sobre os alunos surdos, não conseguindo dividir o espaço da sala com outro profissional, gerando um incomoda, por ele entender que está sendo observado/vigiado ou avaliado, quanto a sua prática. Em muitas escolas esta situação auxilia na exclusão do aluno surdo e do intérprete, o qual fica ausente pelo simples fato de não ser percebido como profissional que deveria atuar facilitando o ensino/aprendizagem do surdo matriculado.

Ocorre que, mesmo na situação que o professor tenha algum conhecimento de Libras é fundamental o exercício de um intérprete para facilitar o ensino/ aprendizagem do surdo no ambiente escolar. Segundo os teóricos, Lacerda; Santos e Caetano (2013), o ensino que considera as características de aprendizagem do aluno com surdez, a escola, professor, coordenador e outros profissionais pertencente a escola, precisa conscientizar que cada aluno possui um jeito único de aprender e com estas particularidades a troca de experiências aliada a quem detém competências na língua de sinais é relevante a educação dos surdos.

Diante do exposto, verifica-se que é oportuno que o professor entenda a relevância do intérprete de Libras e como sua função no ambiente da sala de aula poderá auxiliar o seu trabalho ao ministrar suas aulas, conseguindo juntos resultados concludente a aprendizagem do aluno com surdez. Ressalta-se que a mediação do intérprete de Libras não deve ser a única forma de facilitar o ensino, o professor em parceria com outros profissionais e instituições de ensino superior -IES, devem criar possibilidades de apresentação do currículo escolar e que este seja compreendido pelo surdo.

Na contribuição Gurgel (2010), em sua tese de doutorado: prática e formação de tradutores intérprete de língua brasileira de sinais no ensino superior, não é mais concebível inserir o intérprete de Libras nos espaços escolares sem uma formação adequada, ele argumenta a pertinência de capacitação ao profissional com habilidades de atuar nos diversos espaços educacionais. No processo de ensino/aprendizagem junto ao trabalho desenvolvido na escola, deve proporcionar estratégias diferenciadas e motivadoras ao ato de aprender. Mas para acontecer a junção de responsabilidades o intérprete deve ter uma formação pedagógica adequada a sua profissão dentro das repartições escolares.

Continuando seu pensamento, ele relata que ter um profissional com conhecimento em Libras no ambiente interno da escola, não garante o pleno desenvolvimento do aluno surdo ao acesso dos conteúdos. Para ele, todos deveriam conhecer e saber se comunicar em Libras no ambiente da sala de aula, não somente o intérprete educacional. Afirma ainda, que em muitas situações a exclusão escolar dentro do seu próprio contexto acontece pela necessidade gritante do aluno surdo em não ter com quem se relacionar através de sua língua, eliminando desta forma oportunidades de desenvolvimento. Nesse sentido, Gurgel (2010, P. 157) aduz: [...] a presença do profissional TILS, é obrigatório nos espaços educacionais que recebem estudantes surdos, considerando a com cuidado sua formação e competência para exercerem sua função em sala de aula”.

O bom desempenho da inclusão de Libras a sala de aula deve vir acompanhado com conhecimentos prévios do currículo oferecido pela instituição escolar e pelos professores, de acordo com cada disciplina a serem ministradas neste espaço, para não acontecer incompatibilidade da função que exercem e realmente ofertarem um ensino significativo ao seu crescimento pessoal e social. A educação, mediada pelo intérprete, deve garantir a defesa do princípio de inclusão, dando a ele possibilidade e direito de se desenvolver linguisticamente com o uso de sua língua natural.

Nas obras de Palma (2012), **Libras**: Instrumento de inclusão escolar do aluno surdo, a pesquisadora esclarece que é sabido o papel da escola na sociedade, ela é o local apropriado para eliminar o preconceito, desconstruindo concepções errôneas quanto as capacidades das pessoas com surdez, criando um ambiente acessível onde os alunos da classe regular de ensino ofereçam apoio aos colegas surdos, mantendo um contato mais próximo entre seus pares surdos e ouvintes, dando a eles oportunidade de construir, trocarem experiências e desenvolverem conhecimentos necessários ao seu crescimento psicossocial, com a ajuda mútua constante. Contudo, despertá-los e prepará-los a aprenderem a conviver e interagir, respeitando o amigo surdo, como um ser capaz e com inteligência, necessita da aceitação e ajuda de todos que os rodeiam.

A escola precisa rever suas crenças, reorganizando seu currículo, planejamentos, recursos didáticos, físicos e principalmente humano, haja vista ter como meta a transformação de seu público, seja com conhecimentos cognitivos, motores, valores e demais informações necessárias à sua formação. O ambiente inclusivo deve estar habilitado a aceitar os desafios de inclusão dos surdos, com a intensão de promover-lhes a superação de dificuldades ainda presentes nas escolas, de como oferecer-lhes a educação de maneira integradora, bem como os trabalhos pedagógicos da escola devem demonstrar respeito e nunca atitudes que remetam a

iedade. Para Palma (2012, s/p), “acredita-se que o fator acolhimento é muito importante, porém, não é o suficiente”. Isso significa que a escola deve ir além de inserir, realmente cumprir com seu papel, dentro de sua proposta perceber que a ausência do intérprete no recinto escolar pode prejudicar o ensino/aprendizagem dos alunos surdos.

Com base nas discussões elucidadas das visões dos teóricos que trabalham a inclusão escolar e o trabalho realizados pelo intérprete de Libras, fica nítido o quanto o ensino vem sendo alterado e estas alterações têm desafiado cotidianamente de como oferecer acessibilidade ao processo educativo direcionados aos alunos com surdez. Em relação a função de tradução e interpretação como prática de construção de sentido, Lodi e Almeida (2010) corrobora que o profissional intérprete de sinais precisa de reflexão, relações sociais com diversos sujeitos e participantes no desenvolvimento do ensino/aprendizagem, assim respeitando as peculiaridades dos alunos surdos, portanto, considerando que o profissional atua na fronteira da língua de origem para língua alvo.

Ao falar das especificidades da atuação desse profissional, Albres (2015), Tuxi (2009), Lacerda (2014), Quadros (2015) e Sacks (2010) ratifica que a função principal do intérprete de Libras na educação é entrelaçar as relações e conhecimentos entre os alunos surdos e ouvintes presentes no contexto, procurando elementos com o intuito de mostrar que a ação pedagógica, em muitos casos, transfere ao intérprete de Libras a responsabilidade de ensinar o aluno com surdez, ocasião que o intérprete com a pretensão de apresentar resultados acaba assumindo a função de professor.

Ocorre que, o intérprete de Libras acaba se tornando um professor para o aluno surdo, em virtude da aproximação deles no decorrer do ano letivo, assim o surdo perde a visão central do professor regente em razão da mediação de ensino do intérprete de Libras. Nesse segmento, teóricos relatam, entre outros aspectos, a deturpação das relações e papéis assumido em sala de aula quanto ao desenvolvimento didático-pedagógico entre intérprete de Libras, aluno surdo e professor regente. Ora, essa situação de trocas de funções deixam os alunos surdos confusos em relação a quem se direcionar quanto a sua participação no momento das atividades, explicações e solicitações pessoais e necessidades fisiológicas. Quadros (2006) contribui:

Ainda há estados em que os serviços de intérprete de língua de sinais estão presentes desde o início da escolarização. Nesse contexto, nas séries iniciais, os intérpretes acabam assumindo a função de professores, utilizando a língua de sinais como língua de instrução. (QUADROS, 2006, p.19),

Nas palavras da teórica, os papéis são confundidos desde os anos iniciais da educação básica, quando o intérprete de libras adentra o espaço da sala de aula. Em muitos estados brasileiros ainda há professores que desconhecem a língua de sinais e escolas que não possuem estruturas adequadas, bem como recursos humanos para garantir aos alunos o direito à educação, comunicação e à informação.

Independentemente do contexto estadual, a educação na modalidade bilíngue é um direito consolidado para alunos com limitações auditivas. Na ocasião que, não houver intérprete educacional em Libras será necessário a presença de professores bilíngues, para assim, ser utilizado concomitantemente a Libras e o Português, comprometendo a eficácia do ensino educacional para as pessoas surdas.

Na visão de Lacerda e Santos (2014), na obra “tenho um aluno surdo, e agora?, introdução à Libras e educação de surdos”, em suas palavras eles chamam atenção do leitor para importância do Decreto nº 5.626/2005, expondo que a presença do intérprete no espaço da sala de aula, bem como o emprego da língua de sinais não garantem que as condições e necessidades peculiares das pessoas com surdez sejam consideradas e respeitadas no desenvolver das atividades pedagógicas.

Se a escola não tiver atenção para suas práticas e metodologias usadas, além dos seus currículos nomeados, as práxis acadêmicas podem ser bastante discriminatórias e inacessíveis ao aluno surdo, mesmo com a presença do intérprete no espaço escolar. É oportuno salientar que se o professor não assumir práticas favoráveis de união, aceitação e junção de diferenças didáticas com a permanência do intérprete na classe, como consequência o ensino/aprendizagem destes alunos será prejudicado.

O trabalho escolar de maneira significativa ao desenvolvimento educativo, deve acontecer práxis acessíveis, com compromisso de criar parceria entre docente e intérprete de Libras, esta necessidade é fundamental para trabalhar uma educação inclusiva e bilíngue. Frisa-se que, quando o professor começa a ter contato com aluno surdo e o mediador intérprete, seus conhecimentos começam a fluir, dando a ele a oportunidade de interação e interesse pela língua de sinais. Desta maneira Lacerda e Santos (2014), a parceria entre os profissionais que atuam na educação se faz necessária para construir um planejamento acessível as peculiaridade de aprender de seus alunos.

Percebe-se a importância do intérprete de Libras em ter acesso aos conteúdo do professor regente, este momento pode sanar dúvidas entre os profissionais no processo de mediação do ensino, encontrando soluções, desenvolvendo estratégias e recursos necessários a

aprendizagem do aluno surdo, ratificando que o professor passar a assumir uma postura de formador e responsável também pela formação continuada do intérprete de Libras.

Com os dados expostos, e na visão dos teóricos, o quanto a educação dos surdos se encontra em condições de não serem percebido, tendo ausência de práticas pedagógicas que possam promover seu desenvolvimento em sua língua de sinais, professores da rede regular de ensino necessitando de formação continuada na língua brasileira de sinais e escolas ainda pensada, organizada para pessoas sem deficiências.

Como aduz os teóricos Quadros (2015), Lacerda; Santos (2014), a educação dos surdos almeja por maior valorização a diversidade humana, sendo necessário por parte de toda a equipe escolar conhecer, aprender e praticar cotidianamente a inclusão bilíngue, onde a Libras e o português sejam presentes no dia a dia da escola, por elas serem os dois idiomas oficiais do Brasil, segundo as políticas públicas, mas principalmente por ser os surdos um ser humano e precisa estar, participar e trocar experiências com as outras pessoas não surdas.

Com eludi Vitaliano, D'all Asqua e Brochado (2010, p. 7) “O processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular exige uma reforma geral na organização dos sistemas de ensino, em especial para o atendimento dos alunos surdos”. Diante desta elucidação o ato de incluir, vai além das leis existentes, precisando da população rever suas concepções de ser pessoa, tirando de suas concepções os preconceitos diante do outro e de sua forma de comportar-se, comunicar e relaciona-se de maneira diferente da comunidade brasileira ouvinte.

Com tantas questões ainda a serem superadas na sociedade em relação a educação, o surdo deve ser acompanhado em seu desenvolvimento escolar por um profissional que realmente saiba a importância da isonomia, reconhecendo que a distinção, o progresso e a conquista os surdos anseiam por tradutores/intérpretes no espaço da sala de aula e extra, em qualquer etapa de ensino. Nesta visão, se observa a relevância de uma educação inclusiva e do intérprete de Libras no recinto escolar por ser uma condição de acessibilidade ainda não presente e precisa de sua mediação para ajudar o professor e principalmente o aluno a adquirir o processo de aprendizagem segundo as proposta oferecida na escola regular de ensino.

É relevante o quão os surdos precisa de um olhar não de piedade, sendo visto como coitadinho, mas tendo tratamento de igualdade de valorização no âmbito escolar, pois eles tem suas capacidades e consegue aprender se lhe for ofertado os meios necessário a sua condição linguística. O intérprete é um dos instrumentos basilar na mediação do ensino, quando o professor da sala regular não tiver conhecimentos e práticas pedagógicas que consiga alcançar o desenvolvimento educacional do aluno. Skliar, (2014), na contemporaneidade a inclusão

efetiva da disciplina de Libras nas propostas pedagógicas das escolas é uma ação urgente a ser aplicada. Há muitos anos esta luta vem sendo trabalhada por ORGs, associações, pais, institutos e comunidades surdas. Pois, todos creem na possibilidade de reconhecimento dos surdos como cidadãos plenos, a partir do momento que a sociedade estiver fazendo uso do segundo idioma brasileiro em todas as modalidades de ensino e demais serviços oferecidos no país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Falar da educação inclusiva para surdos é um processo que exige reflexões de como e para quem o ensino está sendo ofertado, se estão lhe garantido as condições de poder se apropriar dos conhecimentos curriculares pelo uso de sua língua de sinais, com professores titulares da sala de aula regular tendo saberes na área, no histórico, cultura e personalidade individual deste aluno, coerente com a necessidade de habilidades e competências, frente às suas diferenças. Percebe-se a educação e seus desafios de implementar metodologias e que estas possibilitem a oportunidade aos surdos de descobrirem suas habilidades. Ora, por muito tempo os alunos surdos sofreram pela ausência de comunicação entre o aprendiz e o professor, sem deixar de mencionar a falta do intérprete de Libras, em consequência comprometendo aos surdos o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, interação e demais aspectos necessários à sua vida.

O direito a educação é fato e não pode e não deve ser lhe tirada, o que verifica são práticas escolares que se dizem “inclusivas” pelo simples motivo de matricular e inserir em seu ambiente alunos surdos e por essa razão acham que já exercem seu papel de inclusão. Contudo, essas instituições não contam com uma equipe profissional especializada, como: professores com habilidades em língua de sinais, intérpretes de Libras, métodos e estratégias específicas para estes alunos, por fim coloca em reflexão do ensino e sua estrutura de organização, em termos de promover uma escola/bilíngue, com uma pedagógica pensada e realizada as necessidade de aprender a aprender do surdo no mesmo ambiente de alunos ouvintes.

Assim o aluno surdo necessita se desenvolver com uso em sua língua natural, tendo o professor e o intérprete interligado na ação de educar, facilitando ao aluno a aquisição dos conhecimentos acadêmicos e humanos, respeitando-o como um sujeito de capacidade única, de aprender e aplicar no seu dia a dia pela a língua de sinais, eliminando do meio escolar quaisquer forma de discriminação e desvalorização de sua diferença linguística, não o deixando a margem dos processos de ensino e aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ALBRES e NEVES, **Libras em estudo: política educacional** / Neiva de Aquino Albres e Sylvia Lia Grespan Neves (organizadoras). – São Paulo: FENEIS, 2013.

ALBRES, Neiva de Aquino, **Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALMEIDA, **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** / [organizador] Wolney Gomes Almeida. – Ilhéus, BA: Editus, 2015.

ARAÚJO, Thalita Chagas Silva. **O trabalho do intérprete de língua brasileira de sinais em escolas inclusivas: possibilidades e desafios** / Thalita Chagas Araújo, - 2013.

BRASIL. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 200)

FERNANDES, Sueli, **educação de Surdos**/Sueli Fernandes-Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Inclusão Escolar).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GURGEL, T. M. A. **Práticas e formação de tradutores intérprete de língua de sinais no ensino superior**. 2010. 168f Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba 2010.

LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. dos; CAETANO, J.F. ; estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos, In: LACERDA, C.B, F. de; SANTOS, L.F. dos (org). **tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução a Libras e Educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2013. P. 180-200.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: Edufscar, 2014. 254 p.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: Edufscar, 2014. 254 p.

LODI, A. C. B.; ALMEIDA, E. B. de gêneros discursivo da esfera acadêmica e prática de tradução-intérpretação Libras-Português: reflexões. **Tradução & Comunicação: revista brasileira de tradutores**, no 20, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MENEZES, Eliana C. P. **A maquinaria escolar: na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MOURA; CAMPOS e VERGAMINI, **Educação para Surdos: práticas e perspectivas II** / organizadoras Maria Cecília de Moura, Sandra Regina Leite de Campos, Sabine Antonialli Arena Vergamini.-São Paulo: Santos, 2011.

PALMA, Naiana de Oliveira. **LIBRAS: Instrumento de inclusão escolar do aluno surdo**. 2012. 27 f. TCC (Especialização) - Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Neuropedagogia e Língua Brasileira de Sinais – Libras, Censupeg, Centro Sul Brasileiro de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação, São Joaquim, 2012.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **História cultural dos surdos: desafios contemporâneos**. Educar em Revista. Editora UFPR, Edição Especial, n.2, p. 17-31, 2014.

QUADROS. **Idéias para ensinar português para alunos surdos** / Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília : MEC, SEESP, 2006. 120 p.

\_\_\_\_\_. **O “BI” em bilinguismo na educação de surdos**. In: LODI, Ana Claudia Balieiro. et al. Letramento, bilinguismo e educação de surdos. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015, p. 187-200.

REIS, Dulcilene Saraiva. **FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO DE SURDOS: um encontro com a diferença, cultura e identidade surda**. / Dulcilene Saraiva Reis - Porto Velho, 2013. 147f.: il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, 2013.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, Carlos. **Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças**. In: \_\_\_\_\_. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

\_\_\_\_\_, **Desobedecer a linguagem: educar**. Tradução de Giane Lessa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

STREICHEN, Eliziane Manosso, **Libras: aprender está em suas mãos** / Eliziane Manosso Streichen. – 1. Ed. - |Curitiba, PR crv, 2013.

TUXI, Patrícia. **A Atuação do Intérprete Educacional no Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, 2009.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia. **Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) na pós-graduação: a afiliação ao campo disciplinar “Estudos da Tradução”**. IN: QUADROS, R. M. (org.). Cadernos de Tradução. N° 26. 2010/2. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN: 1414-526X.



VITALIANO C. R, DALL' ACQUA, Maria Julia C.; BROCHADO, Sônia Maria D. **Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas dos Estados do Paraná e de São Paulo:** caracterização da disciplina, Londrina: EDUEL, 2010.

VICTOR, VIEIRA e OLIVEIRA, **Educação especial inclusiva:** conceituações, medicalização e políticas / organizadores Sonia Lopes Victor, Alexandre Braga Vieira e Ivone Martins de Oliveira. – Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017. 304 p.